

**O TRABALHO DA MEMÓRIA PELA COMISSÃO DA VERDADE EM VOLTA REDONDA:
ENTREVISTA COM O HISTORIADOR EDGAR BEDÊ**

**MEMORY WORK BY THE TRUTH COMMISSION IN VOLTA REDONDA:
INTERVIEW WITH HISTORIAN EDGAR BEDÊ**

DOI 10.20873/ufft2179-3948.2021v12n1p227-236

Lúcia Maria de Assis¹

A entrevista em tela, concedida à professora Lúcia Maria de Assis pelo professor Edgar Bedê, compõe o dossiê “Arquivo, Sujeito e Memória em discursos sobre a violência no Brasil”. Edgard Domingos Aparecida Tonolli Bedê é graduado em História e doutor em Educação pela UFF. Em seu currículo, além de professor, traz experiências como pesquisador, coordenador e relator da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, pesquisador no projeto “O 1º Batalhão de Infantaria Blindada na Repressão da Ditadura Militar na Região Sul Fluminense”, sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus de Volta Redonda e elaborador do programa de banco de dados do Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luis da Silva, também sediado na UFF. O pesquisador, sob orientação da equipe do Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, coordenou, ainda, a imersão de uma equipe de pesquisadores nos arquivos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) por acordo entre o Ministério Público Federal, as Comissões da Verdade do Rio de Janeiro e de Volta Redonda e a Direção da siderúrgica. Ressalta-se, também, que Edgar Bedê é filho de Waldyr Bedê (já falecido), renomado professor na cidade de Volta Redonda e preso político durante a ditadura civil-militar de 1964.

A entrevista, realizada em maio de 2021 por meio de e-mail em função da pandemia de Covid-19, objetivou compreender os processos que geraram o relatório que mobilizou 28 pesquisadores na Comissão da Verdade Dom Waldyr Calheiros, na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Lúcia Assis: Professor Bedê, o senhor participou de um trabalho muito importante para a memória da ditadura civil-militar de 1964, que foi a Comissão Municipal da Verdade de Volta

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Professora associada na Universidade Federal Fluminense. Membro do CEMESF (Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luis da Silva). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: luciaassis@id.uff.br

Redonda Dom Waldyr Calheiros, da qual foi o pesquisador, ou seja, o membro da comissão que mais diretamente lidou com os testemunhos e com a documentação recolhida e examinada. Poderia nos contar como chegou a essa comissão e se tornou pesquisador desse processo?

Edgard Bedê: A Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (CMVVR) foi criada por Lei Municipal, em 10 de setembro de 2013, composta por representantes do poder público municipal (Governo e Câmara Municipal) e da sociedade civil (Diocese de B. Do Piraí- Volta Redonda, Universidade Federal Fluminense e Ordem dos Advogados do Brasil -VR), cuja presidência coube ao Presidente da OAB do município, DR. Alex Martins, cuja sede foi a casa da Comissão da Verdade, sua segurança e sua sustentação de infraestrutura e assessoria permanente. Através da OAB-VR estabeleceu-se a ponte com a OAB-RJ, cujo Presidente Dr. Wadih Damous, que também presidia a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEVRJ), apoiou e incentivou a criação da CMVVR. Em 12 de setembro de 2013, a recém instituída CMV participou junto com a CEV do depoimento do Bispo Emérito D. Waldyr Calheiros, a primeira e simbólica atividade dessa Comissão. No dia 19 de setembro participei como colaborador da primeira reunião ordinária. Estava recém aposentado após 30 anos de magistério na Rede Pública Estadual, onde lecionei História e Geografia. Havia concluído meu Doutorado em 2007 com a tese sobre a formação da classe operária em Volta Redonda que havia sido transformada em livro em 2012. Nessa tese, pesquisei a resistência grevista dos metalúrgicos da CSN contra o Golpe Civil-Militar de 64 e repressão, prisões, IPM, demissões e perseguições que se sucederam contra as lideranças sindicais de Volta Redonda. Essa viria a se configurar como o primeiro caso de graves violações dos Direitos Humanos investigado pela CMVVR. Por isso, fui convidado pelos membros da Comissão e por colaboradores presentes à primeira reunião ordinária a assumir a coordenação dos trabalhos de pesquisa e a elaborar um Plano de Trabalho da Comissão que veio ser aprovado na segunda reunião ordinária.

Lúcia Assis: Apesar de sabermos que Dom Waldyr Calheiros² foi bispo-emérito da Diocese de Barra do Piraí- Volta Redonda, gostaríamos de compreender melhor o papel desse religioso durante a ditadura. Sendo assim, o senhor poderia explicar por que a Comissão de Volta Redonda recebeu o nome de Dom Waldyr Calheiros e discursivamente que efeitos isso trouxe/traria para a comissão e para a cidade?

Edgard Bedê: Os fatos pesquisados e documentados sobre a Ditadura Militar em Volta Redonda nos fizeram reconhecer que D. Waldyr Calheiros foi o principal sujeito da resistência civil contra os arbítrios e violações dos Direitos Humanos em nossa cidade, à qual chegou logo

² Waldyr Calheiros Novaes (Murici, AL, 1923 – Volta Redonda, RJ, 2013).

após o Golpe de 64. Os diversos casos de graves violações dos Direitos Humanos desde 1966 até 1989, seja através de prisões, inquéritos, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres pelos militares, foram denunciados pelo Bispo D. Waldyr, e, ao mesmo tempo acirraram o conflito entre Igreja e Regime Militar porque o próprio Bispo passou a ser perseguido e processado pela ditadura, em três IPM³. Os processos, ameaças e perseguições não intimidaram nosso Bispo, pelo contrário, só reforçaram sua determinação em proteger e amparar as pessoas que sofreram as violações e denunciar nas esferas superiores da Igreja e na Anistia Internacional. A CMVVR ao decidir assumir o nome Comissão da Verdade D. Waldyr Calheiros traduz simbolicamente sua determinação e sua missão de apurar todos os casos de graves violações dos Direitos Humanos ocorridos em Volta Redonda e dar voz à memória dos sofrimentos, angústias, revoltas e desamparos de todas as vítimas e seus familiares e amigos.

Lúcia Assis: Ainda durante os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade, o nome da ponte General Emílio Garrastazu Médici, localizada no bairro Aterrado, foi substituído por Ponte Dom Waldyr Calheiros. Simbolicamente, o que significa a alteração desse nome e por qual motivo foi escolhido o nome do dom Waldyr?

Edgard Bedê: Dentre as atividades políticas mais importantes da CMVVR destacou-se a campanha de abaixo assinados na cidade para ser encaminhado à Câmara Municipal para substituição do nome da ponte que liga o Bairro Aterrado ao Bairro Niterói, cujo nome era do Presidente Ditador General Médici, cujo governo ficou marcado como o mais sangüinário devido ao número de prisões, torturas, assassinatos e desaparecidos. O nome proposto seria Ponte Bispo D. Waldyr Calheiros, um verdadeiro contraponto por ser esse personagem o símbolo da resistência à ditadura em VR. Após a votação unânime dos vereadores, a Câmara Municipal aprovou a Lei que homenageou o Bispo com a mudança do nome da ponte. Foi uma grande vitória, sem dúvida.

Lúcia Assis: No denso relatório da CMV-VR, encontram-se 89 depoimentos nos quais ficam claras as ações violentas praticadas pelo Estado no interior do 1º BIB. O senhor poderia nos dizer, de acordo com os depoimentos, como eram essas práticas? Ainda de acordo com os depoimentos, o senhor saberia dizer como essas práticas afetavam simbólica e subjetivamente as pessoas que por elas passaram e suas famílias?

Edgard Bedê: O primeiro aspecto a ser destacado sobre os casos de violência ditatorial em VR seria a constatação de que não houve aqui nenhuma atividade típica da luta armada (assaltos a

³ Inquérito Policial Militar.

bancos, sequestros, resistência armada a cerco militar ou policial, roubo de armas em quartéis, guerrilha etc.). Todas as atividades de resistência foram pacíficas, mesmo que clandestinas por motivos óbvios, as pessoas foram presas, e/ou torturadas, e/ou sequestradas, e/ou demitidas, e/ou perseguidas, e/ou assassinadas, por causa das seguintes atividades consideradas subversivas: greves na CSN⁴, pichações críticas, panfletos críticos, reuniões secretas, peças críticas de teatro, organizações clandestinas, jornais críticos e até eleições sindicais de chapa de oposição sindical. Todas as vítimas estavam, de modos diferentes e pessoais, atuando na resistência clandestina à ditadura em movimento sindical, movimento juventude católica, movimento cultural, partidos políticos e organizações políticas. Desses militantes que sofreram violações dos direitos humanos, centenas foram demitidos da CSN por razões políticas, dezenas foram presos, muitos foram torturados e alguns foram mortos. Houve dois locais de graves violações dos Direitos Humanos, o quartel do batalhão do Exército em Barra Mansa e a Usina da CSN em Volta Redonda. No quartel, edificaram em 1969 um local afastado para torturas conhecido como “ARQUIVO” e para prisão solitária sem luz conhecido como “SUBMARINO”. Ali dezenas de jovens foram covardemente torturados por equipes treinadas de militares do serviço secreto do Exército. As sessões de tortura eram tapas na cara, choques elétricos, pau de arara dentre outros. Em casos mais perversos ainda, houve chicoteamento, palmatórias, espancamentos mortais e esmagamento de crânio em torno mecânico, além de ocultação de cadáveres com esquartejamento de cabeça e incêndio de corpo.

Na CSN, as graves violações ocorreram por condenação de sindicalistas como subversivos antes mesmo do encerramento do IPM e de suas demissões sem nenhum direito social extensivo a toda família siderúrgica, ficando centenas desamparados, sem salários, sem direitos, sem possibilidade de novo emprego devido à “lista negra”. Além de que muitos foram presos pela polícia privada da CSN apelidada de “Gestapo⁵” e entregues ao Exército. Essa “Gestapo” elaborou fichas secretas dos ativistas sindicais vigiados dentro e fora da usina, formando um dossiê chamado “Arquivo Sujo” que serviu de base para identificar, localizar e efetivar as prisões dos ativistas no AI-1 (1964) e AI-5 (1968)⁶. Por fim, a Usina Siderúrgica, na greve operária de 1988, foi local dos assassinatos covardes de três operários por tropas do Exército armadas de tanques de guerra, canhões, metralhadoras antiaérea, fuzis, granadas, que haviam invadido a Usina numa verdadeira operação de guerra para tentar acabar com a greve,

⁴ Companhia Siderúrgica Nacional. É em torno da siderúrgica (e devido a sua instalação na região) que se constituiu a cidade de Volta Redonda.

⁵ O nome é referência à polícia secreta alemã no período nazista.

⁶ Referências aos Atos Institucionais do período ditatorial.

configurando uma evidente manifestação da ditadura civil-militar tardia em Volta Redonda.

Lúcia Assis: Embora ainda criança, o senhor vivenciou a ditadura como morador da cidade de Volta Redonda. Seria possível contar um pouco da sua história e como o trabalho na Comissão Municipal da Verdade o afetou?

Edgard Bedê: Meu pai, Waldyr Amaral Bedê, quando eu nasci em 1958, já era jovem, um ativista sindical que logo se tornou Diretor Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Em 1964, com o AI-1, Waldyr Bedê foi preso pelos militares e levado para o quartel da AMAN⁷. Foi processado no IPM e demitido pela CSN. Nossa família perdeu a residência que tinha direito, perdeu as garantias e seguranças sociais que todo operário tinha direito. Meu pai continuou como ativista sindical internacional, sendo ligado à Federação Internacional Metalúrgica, onde se destacou como educador de lideranças sindicais na Europa, EUA e toda América Latina, sob a garantia da ONU (OIT). Em 1968, com a decretação do AI-5, Waldyr Bedê, então já professor de História na cidade de Volta Redonda, foi preso no quartel do Exército em Barra Mansa, por assessorar o Bispo D. Waldyr no planejamento de uma atividade de comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Waldyr Bedê foi sempre uma referência em Volta Redonda sobre a repressão e a perseguição por ele vivida na Ditadura Militar e por sua longa e até o fim da vida uma forte amizade com o Bispo D. Waldyr Calheiros. No meu caso especial, no início da década de 1980, recém-formado professor de História, fui militante sindicalista da rede pública (vice-presidente do SEPE) e na rede particular (vice-presidente do SINPRO)⁸ e dirigente da CUT⁹ Sul Fluminense. Dessa maneira, toda minha tradição paterna de filho de preso político, e minha história de militante sindical, somaram-se a minha formação de pesquisador acadêmico de doutorado e convergiram para assumir a missão de ser coordenador, pesquisador e relator da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros. Esse foi sem dúvida o grande trabalho da minha vida e que deu sentido a tudo que vivi, trabalhei, militei e estudei.

Lúcia Assis: Aproximadamente 6 anos após o encerramento das comissões da verdade que pretenderam trazer à tona diferentes formas de violência de estado praticadas durante o regime militar no Brasil, assistimos à ascensão de um governo com discurso negacionista e tendência à militarização. Assistimos também ao cometimento, por parte do Estado, de práticas violentas contra a população, como a que ocorreu recentemente na comunidade do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro, onde a vida de 28 pessoas (sendo 27 delas moradores da comunidade) foi

⁷ Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ).

⁸ SEPE e SINPRO são as siglas dos sindicatos de professores.

⁹ Central Única dos Trabalhadores.

retirada num suposto enfrentamento entre bandidos e polícia. O senhor vê alguma relação entre a violência de estado atual e as práticas ditatoriais ocorridas durante a ditadura civil-militar de 1964?

Edgard Bedê: A longa e ainda inacabada transição da Ditadura Civil-Militar para o Regime Democrático de Direito se deu sobre uma base de pactuação que manteve intacta toda ideologia anticomunista e de segurança nacional da época da Ditadura na formação das academias militares, onde se comemora o Golpe de 64 e se exalta o papel dos militares como tutores da democracia contra os subversivos e inimigos internos da Pátria. A Lei de Segurança Nacional continua ainda em vigor e na Constituição de 1988 ficou pactuado o papel das Forças Armadas como garantia da lei e da ordem. Com a eleição de Bolsonaro, em 2018, os militares saem dos quartéis para aparelhar o primeiro, segundo e terceiro escalões do Governo Federal com mais de 6 mil cargos comissionados e vários ministérios e Secretarias Federais. O bolsonarismo explicita essa ideologia anticomunista de extrema direita que estava oculta nas casernas e academias militares, além disso, defende a ação violenta do Estado no combate à criminalidade e considera os Direitos Humanos uma ideologia comunista que protege os criminosos e coloca em risco os “humanos direitos” ou “cidadãos de bem”. Com essa política, o bolsonarismo entranha nas polícias militares e civis dos Estados da Federação, numa expansão nacional das milícias dentro das estruturas de Segurança Pública, incentivando intervenções violenta e de alta letalidade nas comunidades populares negras na maioria das periferias das cidades, no qual o caso foi Jacarezinho¹⁰ foi o mais impactante devido às execuções no atacado, mas há muitos Jacarezinhos estão todos os dias ocorrendo no varejo, sem tanta visibilidade.

Lúcia Assis: Embora a Comissão da Verdade Dom Waldyr Calheiros tenha trazido luz a inúmeros fatos relativos às prisões e torturas que ocorreram no 1º BIB (Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada) situado na cidade de Barra Mansa, vizinha a Volta Redonda, a Comissão Municipal da Verdade instituída naquela cidade pelo Decreto Municipal 7671 de 2014 não foi à frente. Houve apenas 3 reuniões (das quais há registros de apenas duas). O que o senhor pensa que pode ter colaborado para que tal feito não lograsse sucesso assim como ocorreu em Volta Redonda?

Edgard Bedê: Não acompanhei os detalhes do ocorrido na Comissão da Verdade de Barra Mansa, mas pode ser que tenha havido uma falta de protagonismo e vontade política das instituições do poder público e da sociedade civil do município. Ao mesmo tempo, pode ser que

¹⁰ Referência ao massacre de 06 de maio de 2021 perpetrado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro na comunidade Jacarezinho de que resultou 28 mortos. Trata-se da mais letal atuação da polícia carioca, envolvida em constantes denúncias de graves ações de violação de direitos humanos. Em 2007, no Morro do Alemão, a ação policial respondeu por 19 mortos.

talvez tenha faltado uma pressão maior dos movimentos sociais e um envolvimento coletivo de pesquisadores-militantes para uma coordenação e elaboração de plano de pesquisa dessa Comissão. Isso é apenas uma livre opinião, sem que eu tenha tido domínio do fato.

Lúcia Assis: Após o encerramento das comissões da verdade, ascende um forte movimento negacionista no país. Como o senhor vê a ascensão desses movimentos? Poderia haver alguma relação entre essa ascensão e as comissões da verdade? Poderia se considerar uma forma de retaliação ao protagonismo dado às vozes que foram silenciadas durante a ditadura civil-militar?

Edgard Bedê: Estou bastante convencido de que a derrubada golpista do Governo Dilma teve relação direta com a criação e atuação das Comissões da Verdade. Houve uma assim chamada Guerra Híbrida que minou as bases de sustentação política daquele governo. Inclusive a candidatura Bolsonaro foi lançada publicamente em uma formatura de cadetes dentro da AMAN em novembro de 2014, num contexto de encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e suas repercussões pesadas sobre a imagem histórica das Forças Armadas. A ascensão do bolsonarismo representa a reação e resistência da extrema direita ao relatório final da Comissão da Verdade devido ao risco de que a responsabilização dos militares e policiais torturadores se convertesse em criminalização judicial e prisões. O bolsonarismo se alastra por dentro das Forças Armadas, polícias militares, polícias civis, bombeiros, agentes penitenciários, policiais federais, e todos os familiares e aposentados dessas instituições de repressão armada. Essa frente se expande para os mineradores, o agronegócio, madeireiros e caminhoneiros, ganha corações e mentes dos evangélicos e católicos de direita e, por fim, conquista os profissionais liberais, pequenos, médios e megaempresários para vencer as eleições de 2018.

Lúcia Assis: Os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros ocorreram de 2013 a 2015. Foram coletados depoimentos de pessoas que foram torturadas e/ou de familiares dessas pessoas; foi levantada toda uma documentação de arquivos da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) em busca de esclarecer a relação entre a siderúrgica e os militares durante o período ditatorial; foi também feita uma diligência no antigo 1º BIB, atual Parque da Cidade, em Barra Mansa, na qual pessoas que ali foram torturadas compareceram e reconheceram os espaços de tortura; o relatório da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros tem 589 páginas, todas elas com densas informações. Diante de tudo isso, o que o senhor considera como o legado das comissões da verdade para o Brasil e, em especial, o da CMV-VR?

Edgard Bedê: A memória histórica dos crimes da ditadura sempre foi, continua sendo e assim o será, um campo de acirradas disputas político-ideológicas. O silêncio das vítimas das graves

violações dos Direitos Humanos pela Ditadura foi estabelecido por décadas devido à pactuação das Nova República e a autoanistia dos violadores protegidos pelas instituições militares. Esse silêncio foi rompido no Governo Dilma com a Lei de Acesso às Informações e a criação das Comissões da Verdade. Mas a História não deita tédio, e os sentidos e significados dos fatos históricos estão permanentemente em um jogo pesado. O com ascensão do bolsonarismo, os violadores são exaltados como heróis da pátria na guerra interna contra o comunismo e os subversivos. Nosso legado dos trabalhos das Comissões da Verdade está sob risco de uma ruptura institucional que ameaça novamente nossa enfraquecida democracia.

Lúcia Assis: Exercício da cidadania, reconhecimento de minorias étnicas, integridade física e moral de agentes políticos são direitos requeridos a partir do amadurecimento político dos membros de determinada comunidade. Nesse sentido, democracia, cidadania, respeito aos direitos humanos são uma questão de conscientização e mobilização de agentes históricos comprometidos com as conquistas políticas de seu tempo. Sob essa perspectiva, o senhor considera as conquistas alcançadas pela Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros (e ainda outras pelo Brasil) como uma política pública de garantia de direito difuso, subjetivo, como é o direito à memória? Poderia discorrer um pouco sobre isso?

Edgard Bedê: Gostaria de enfatizar que todo trabalho da Comissão da Verdade D. Waldyr Calheiros, presidida pelo Dr. Alex Martins (OAB-VR), foi fruto de um esforço coletivo dos membros da Comissão, colaboradores e pesquisadores militantes. Esse trabalho coletivo seguiu metodicamente um plano de ação que foi permanentemente apoiado pelas instituições que compunham a comissão. Além disso, contou-se com o apoio e parceria inestimável do Ministério Público Federal, sob a gestão do Procurador da República dr. Júlio Araújo. A quem foram dirigidas as 21 recomendações a final do relatório. Dentre elas destacou-se a recomendação de transformação do Batalhão do Exército de Barra Mansa em Centro de Memória dos crimes da Ditadura Civil-Militar. Essa recomendação ganhou força do Ministério Público Federal em parceria com a Universidade Federal Fluminense, Campus Aterrado, para avançar em negociação com o poder público municipal de Barra Mansa.

Lúcia Assis: Deixamos aqui um espaço aberto para trazer ainda algo que julgue relevante registrar nesta entrevista, que será publicada no dossiê “Arquivo, Sujeito e Memória em discursos sobre a violência no Brasil”, da revista EntreLetras, da UFT.

Edgard Bedê: Escrevo esta entrevista no calor da hora conjuntural de meio milhão de mortos pela gestão genocida da pandemia do Governo militar bolsonarista, da CPI do Genocídio e do renascimento das manifestações de rua M29 de protesto da juventude contra o fascismo genocida, por vacina, por auxílio emergencial e Fora Bolsonaro e, por fim, pela ascensão do

lulismo e sua possível vitória eleitoral numa frente ampla em 2022.

Uma parte de mim se alegra e enche-se de esperança e otimismo de que o fascismo será derrotado nas ruas e nas urnas. Por outro lado, a História me acena aflitivamente para o risco de uma ruptura golpista de viés miliciano. As evidências das intenções autoritárias do governo militar bolsonarista estão explícitas e são suas tradições afetivas e identitárias. O ponto crítico, arrisco prever a partir dos sinais dados, será possivelmente a não aceitação da derrota eleitoral sob alegação de fraude na urna eletrônica. Daí a sucessão de série causais de fatos será imprevisível, mas, sem dúvida, desse desdobramento dependerá a sobrevivência ou não do legado da Comissão da Verdade. Por fim, temo que se houver um novo fechamento do regime, com uma nova ditadura, só que agora de caráter miliciano fascista, a extrema direita militarista tenderá a acertar suas contas cheias de rancor e ódio com as comissões da verdade que condenaram seus heróis torturadores no tribunal da História para sempre.

Encerro com um alerta do Filósofo marxista alemão, Walter Benjamin, quando o ovo da serpente Nazista começava a trincar em seu país: “NEM NOSSOS MORTOS ESTARÃO A SALVO SE O INIMIGO VENCER.”

Referências

BEDÊ, E. D. A. T. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda*. 2007. 320 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Educação Faculdade de Educação, Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2007.

VOLTA REDONDA. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda Dom Waldyr Calheiros (2013-2015)*. Volta Redonda, CMVRV, 2015. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf Acesso em 01 jun. 2021.

*Recebido em 1º de junho de 2021
Aceito em 03 de junho de 2021*